

Governo tem pressa para bloquear reajuste

BRASÍLIA — O governo quer apressar, no Supremo Tribunal Federal, a tramitação da ação direta impetrada em 1994 pela Procuradoria-Geral da União que levanta dúvidas sobre a constitucionalidade da concessão de reajuste salarial de 11,98% aos juízes federais de São Paulo. A votação da ação pelo plenário do STF criaria uma jurisprudência e desestimularia juízes a concederem o aumento, como aconteceu recentemente em São Paulo e Mato Grosso do Sul. O relator da ação no Supremo é o ministro Marco Aurélio de Mello. Segundo ele, o parecer ainda está sob exame.